

pretação dos mesmos, enfim, nos dos particulares de se viver e "construir" a realidade. Quero entender que a "excursão" sobre esse tema não novo poderá fazê-las com dados igualmente novos ao texto de Freud, possibilitando-nos resgatar os seus impasses em outras bases, sem perder de vista o horizonte psicanalítico.

### Memória e realidade psíquica

Por ora, acompanhemos Freud em seu texto de 1899. Podemos dizer que não se esquecem os fatos, mas se esquecem os detalhes. A memória é, portanto, uma construção interessada, produto de soluções de compromisso entre os interesses conflitantes. O objetivo é a verdade e se tenta contar, na verdade, e de formas diferentes, uma mesma história. Em "Lembranças encobertas", o trabalho com os conceitos de tempo e espaço subjetivos, história, memória e verdade busca definir, em última instância, uma noção de realidade psíquica. Esta é a questão que se depreende do texto. O que se passa no "movimento" mesmo da memória, em seus registros constantemente reinventados, revela, antes de tudo, o processo complexo e imbricado da construção psíquica.

Buscando auxílio na obra de Walter Benjamin, a autora lança nova luz sobre o texto de Freud, possibilitando - sem perder o horizonte analítico - resgatar seus impasses em outras bases.

Como compreender a constituição da realidade psíquica, tal qual ela se revela no funcionamento da memória? Tomarei uma perspectiva nessa reflexão, a de como se articulam ficção e realidade na construção histórica particular de cada sujeito, procurando entender em que base de objetividade a referida construção se assenta, conforme se nos mostram os caminhos da

nível com suas reflexões sobre a formação da memória.

Desse modo, Freud é levado a perguntar-se sobre o estatuto de objetividade, verdade ou subjetividade presentes na construção da realidade psíquica. É bem certo que não formula prontamente essa questão. Antes, no interior de sua reflexão é conduzido imediatamente a ela, explicitando-a claramente no final do texto, configurando, ainda que em termos não muito claros, a crise do conceito positivista de objetividade e substituindo-o por outra referência. Não há rigor no trato metodológico do tema e, inclusive, Freud escolhe particularmente o texto "Lembranças encobertas" para desenvolver seu texto.

Mara Caffé

foco de atenção, privilegiarei nos seus aspectos apenas o que nos interessa diretamente, ou seja, o encontro entre sujeitos que produzem uma história. Tal seja o paralelo buscado na clínica, com vistas a pensarmos as demais situações que se configuram fora dos seus limites.

No início de sua obra, com o pequeno texto "Lembranças encobertas" (1899), Freud ocupou-se do tema da memória com exatidão originalidade. Os seus elementos constituintes nosso ponto de partida. Talvez mais que isso: o nosso roteiro. No referido estudo, Freud elegu particularmente o texto "Lembranças encobertas" para desenvolver seu texto. A autenticidade da lembrança encoberta, afirmação e negação da objetividade preservada na construção da memória. Esta objetividade é entendida no texto como índice pelo qual se garante que o fato lembrado é o fato acontecido em sua realidade material. Em "Lembranças encobertas", o estilo próprio da escrita (diálogo) expressa mais que um recurso didático; expressa também a discussão interna de Freud a respeito do assunto, suas dúvidas e sua procura de um conceito de objetividade com-

memória. Será interessante considerarmos, em certos momentos, os vínculos estabelecidos na clínica psicanalítica, uma vez que eles operam uma (re)construção mnêmica em condições muito ilustrativas. O contexto analítico não delimitará, porém, o nosso

Mara Caffé é membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Este trabalho foi realizado a partir da monografia apresentada no seminário "O Inconsciente", em 1991.

foco de atenção; privilegiarei nos seus aspectos apenas o que nos interessa diretamente, ou seja, o encontro entre sujeitos que produzem uma história. Tal será o paralelo buscado na clínica, com vistas a pensarmos as demais situações que se configuram fora dos seus limites.

No início de sua obra, com o pequeno texto “Lembranças encobridoras” (1899)<sup>1</sup>, Freud ocupou-se do tema da memória com extraordinária originalidade. Os seus elementos constituirão nosso ponto de partida. Talvez mais que isso: o nosso roteiro. No referido estudo, Freud elegeu particularmente a lembrança encobridora como objeto de investigação. Decidiu discutir o tema na forma de um diálogo entre duas pessoas, que sabemos tratar-se dele mesmo, onde se alternam - não dialeticamente - afirmação e negação da autenticidade da lembrança encobridora; afirmação e negação da objetividade preservada na constituição da memória. Esta objetividade é entendida no texto como indício pelo qual se garante que o fato lembrado é o fato acontecido em sua realidade material. Em “Lembranças encobridoras”, o estilo próprio da escrita (diálogo) expressa mais que um recurso didático; expressa também a discussão interna de Freud a respeito do assunto, suas dúvidas e sua procura de um conceito de objetividade compa-

tível com suas reflexões sobre a formação da memória.

Desse modo, Freud é levado a perguntar-se sobre o estatuto de objetividade, veracidade ou autenticidade presentes na construção da realidade psíquica. É bem certo que não formula prioritariamente essa questão. Antes, no interior de sua reflexão é conduzido irremediavelmente a ela, explicitando-a claramente no final do texto, configurando, ainda que em termos não muito claros, a crise do conceito positivista de objetividade e substituindo-o por outra referência. Não há rigor no trato metodológico do tema e, inclusive, algumas contradições se fazem presentes em seu pensamento, produzindo as brechas onde justamente procuro desenvolver meu texto.

Os impasses do diálogo freudiano constituem o campo do presente trabalho. No trato com os mesmos, buscarei auxílio em um texto de Walter Benjamin, “O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”<sup>2</sup>, de onde recolheremos os dados sobre como se sucederam na história da Literatura as formas de expressão próprias à narrativa, ao romance e à notícia. O autor irá esclarecer os diferentes contextos das relações humanas que geraram esses estilos de comunicação. Em cada um deles, encontrará vigente certa concepção de verdade histórica e de memória, certa relação estabelecida entre os fatos e a inter-

pretação dos mesmos, enfim, modos particulares de se viver e “contar” a realidade. Quero entender que a “excursão” sobre esse território novo poderá lançar-nos com dados igualmente novos ao texto de Freud, possibilitando-nos resgatar os seus impasses em outras bases, sem perder de vista o horizonte psicanalítico.

## Memória e realidade psíquica

Por ora, acompanhemos Freud em seu texto de 1899. Percebemos aí que não só os esquecimentos são sintomáticos. Toda a gama de lembranças das quais nossa consciência é capaz de recordar-se, mostra-se também como construção interessada, produto de soluções de compromisso entre exigências internas conflitivas. O que se lembra e o que não se lembra contam, na verdade, e de formas diferentes, uma mesma história. Em “Lembranças encobridoras”, o trabalho com os conceitos de tempo e espaço subjetivos, história, memória e verdade busca definir, em última instância, uma noção de *realidade psíquica*. Esta é a questão que se depreende do texto. O que se passa no “movimento” mesmo da memória, em seus registros constantemente reinterpretados, revela, antes de tudo, o processo complexo e imbricado da construção psíquica.

Freud parte de algumas observações importantes acerca da memória. Consta que freqüentemente as recordações que o adulto guarda de sua vida infantil anterior aos 6 ou 7 anos são raras e fragmentadas. O esquecimento de grande parte dos fatos que provocaram, naquela época, profundas impressões e marcas no psiquismo define, assim, o fenômeno da amnésia infantil. Curiosamente, ao lado desse esquecimento acham-se, referidas à primeira infância, recordações de vivências insigni-

O que se lembra e o que não se lembra contam - de formas diferentes - uma mesma história.

ficantes e indiferentes, aparentemente de pouco valor para a história pessoal. Como explicar esse paradoxo? A criança pequena teria poucos recursos intelectivos para um adequado registro mnêmico, daí as lacunas da memória? Haveria, na constituição da memória, uma relação pouco definida ou inexistente entre a importância psíquica de uma vivência e sua aderência à memória, daí as lembranças de fatos insignificantes?

Freud refuta essas hipóteses e propõe um novo modelo de interpretação dos fatos, no qual as recordações infantis indiferentes guardariam relações essenciais com aquelas reprimidas, de conteúdos importantes. Na realidade, estariam encobrendo o sentido dessas últimas na tentativa de trazer à consciência alguns de seus aspectos. Freud privilegia a investigação dessa categoria de lembranças, que denomina “lembranças encobridoras”, por entender que a sua análise esclarece importantes mecanismos da constituição da memória. Conclui, a esse respeito, que na origem de toda lembrança encobridora está sempre uma lembrança infantil, reprimida em função do conflito psíquico que a sua recordação veicula. A lembrança infantil torna-se lembrança encobridora através de deslocamentos que são dados nos caminhos das cadeias associativas, onde conteúdos ou representações guardam, entre si, certas relações de similitude ou contiguidade. A fórmula “conflito, repressão e deslocamento” é a síntese proposta por Freud na explicação desse processo (o que, aliás, também se aplica aos sonhos, sintomas neuróticos e outras formações substitutivas). Temos, finalmente, que o verdadeiro sentido da lembrança encobridora não se deve ao próprio conteúdo e sim à sua relação com outro conteúdo que está reprimido.

## O texto de Freud propõe duas afirmações divergentes sobre a veracidade da lembrança encobridora.

Sobre as características da lembrança encobridora, no intuito de defini-la mais claramente enquanto categoria específica das lembranças da memória, ainda é preciso dizer que as impressões insignificantes ou indiferentes de que ela trata aparecem, via de regra, em cenas muito breves e carregadas de detalhes da percepção sensorial, numa linguagem plástica e visual, provocando, no sujeito que as evoca, um vivo sentimento de realidade. Estas cenas, segundo Freud, são o resultado de um trabalho psíquico que se aproveita da recordação de certos fatos reais e os mescla com fantasias reprimidas. Algo desses “certos” fatos ocorridos serve aos propósitos da fantasia e é por isso que a lembrança os elege. Os resultados híbridos entre fantasia e realidade nos impediriam de afirmar que a cena lembrada é autêntica? Freud se esforça para manter salvaguardadas as condições objetivas e reais do acontecido registrado na lembrança encobridora. Está muito preocupado com a autenticidade da recordação e pretende defendê-la. Porém, seu movimento no texto é *ambíguo* a esse respeito pois *também* salienta o trabalho criativo de distorção e transformação do real posto em marcha pelo sujeito na constituição de sua memória, com o fim de solucionar os problemas gerados por exigências internas conflitivas. O texto de Freud não dá conta, neste ponto,

de integrar satisfatória e claramente as duas afirmações acerca da veracidade da lembrança encobridora.

Outras considerações importantes sobre a memória em sua dimensão temporal e histórica são desenvolvidas ao final do texto. Freud fala em recordações encobridoras regressivas e progressivas, conforme a relação temporal estabelecida entre a lembrança encobridora e o conteúdo reprimido que ela oculta. Assim, as regressivas são aquelas cujos conteúdos reprimidos se referem a épocas posteriores à lembrança encobridora, enquanto que no caso das progressivas, o conteúdo mais importante para a memória situa-se cronologicamente numa época anterior à lembrança.

Temos, aqui, uma dinâmica temporal da memória que foge muito aos preceitos de uma lógica formal e linear. O presente atua sobre o passado re-significando-o, transformando-o e conferindo-lhe um sentido novo. Não se trata mais da memória construída no contexto factual e cronológico da história, produto da realidade material; trata-se, sim, da memória construída nas malhas de um tempo-espaco subjetivos, onde o fato vivido é, enquanto vivido, interpretado e, por isso mesmo, circunscrito na ordem da ficção. A esse respeito, vale a pena citar na íntegra as palavras com que Freud encerra seu texto: “Esta descoberta diminui aos nossos olhos a dis-

tância que supúnhamos existir entre as lembranças encobridoras e as demais lembranças da infância. Chegamos a suspeitar que todas as nossas lembranças infantis conscientes nos mostram os primeiros anos de nossa existência, não como foram, mas como nos pareceram no momento de evocá-las, em épocas posteriores. Tais lembranças não têm *emergido*, como se diz habitualmente, nestas épocas, senão que têm se *formado* nelas, intervindo nesta formação e na seleção das lembranças toda uma série de motivos muito alheios a um propósito de fidelidade histórica”<sup>3</sup>.

## Ora, direis, contar histórias...

Deixemos de lado, por um momento, o assunto específico tratado até aqui. Para introduzir nosso outro autor, pensemos que a experiência de contar histórias aparece como necessidade humana em to-

Walter Benjamin, em “O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”, busca na Literatura uma expressão dessa linguagem, analisando alguns de seus produtos conforme revelam as mentalidades e os modos de produção econômica de suas épocas. É assim que nos faz ver a narrativa, o romance e a notícia como formas de comunicação privilegiadas, cada uma delas, em momentos históricos determinados. O que nos diz o autor?

Em nossos dias, são raras as pessoas com a habilidade genuína de narrar histórias. Numa expressão de Benjamin, narrar significa ter a faculdade de intercambiar experiências, e uma das razões para o declínio do narrador talvez esteja na decadência e na desmoralização que sofreu a experiência para o homem moderno. As guerras; a violência das relações de produção capitalista; a economia da inflação; a crise ética e política em suas formas elaboradas de ex-

o compartilhar de vivências; sua fonte é a experiência que passa de pessoa a pessoa. Benjamin evoca o sistema corporativo medieval como um contexto especialmente propício à prática da narrativa. Aí, mestre e aprendiz teciam suas histórias conforme dedicavam-se ao trabalho manual não alienado e circunscrito num tempo muito diferente daquele contado nas empresas capitalistas.

Para Benjamin, o narrador possui a habilidade de dar conselhos. “Mas, se ‘dar conselhos’ parece hoje algo de antiquado, é porque as experiências estão deixando de ser comunicáveis. Em consequência, não podemos dar conselhos nem a nós mesmos nem aos outros. Aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada.”<sup>4</sup> E o conselho advindo no campo da verdadeira relação de troca humana constitui sabedoria.

Além disso, um outro traço da narrativa é o fato de que a história contada não traz nela mesma a interpretação no sentido psicológico. O ouvinte é livre para significá-la propriamente. Exatamente por isso, “nada facilita mais a memorização das narrativas que aquela sóbria concisão que as salva da análise psicológica.”<sup>5</sup> O texto narrado salvo dessa análise pode assim perpetuar-se: de um lado intacto, de outro preenhe da *possibilidade* de múltiplas interpretações e, portanto, transformações.

Na relação com o narrador, o ouvinte tanto mais se apropria da história contada, tendo-a fortemente imprimida nele, quanto mais puder esquecer-se de si mesmo. Está aí a qualidade de escuta de que precisa a narrativa, sendo o que, ao mesmo tempo, possibilita o aparecimento do conselho.

Já vimos que no período moderno a narrativa perdeu seu lugar. Floresce, com a ascensão da

**P**ara o homem moderno, a experiência sofreu decadência e desmoralização.

dos os tempos. Nas formas da Mitologia, Filosofia, Religião, Ciência, Literatura... de qualquer maneira e de certas maneiras, o homem comunica a si próprio, na medida em que comunica aos outros, o processo de suas vivências e elaboração das mesmas. Com isso, além de outras coisas, situa-se no mundo humano criando identidade humana. Criando, em última (ou primeira) instância, *linguagem*.

ploração e expropriação humanas... toda a ideologia de uma época configuraram, no plano da experiência, a sua crise moral mais profunda. Vivemos assim, num tempo pobre de experiências intercambiáveis; os homens duvidam da utilidade, valor ou necessidade de comunicá-las.

Atentemos, pois, à narrativa. Ela traz consigo a tradição da comunicação oral e veicula a troca,

burguesia, o romance. Seu veículo é o livro, não mais a comunicação oral. O leitor estabelece uma relação solitária com o texto onde figura sempre um herói. “O romancista segrega-se. A origem do romance é o indivíduo isolado, que não pode mais falar exemplarmente sobre suas preocupações mais importantes e que não recebe conselhos nem sabe dá-los.”<sup>6</sup> Benjamin cita o herói do primeiro grande romance, D. Quixote, como ilustração disso: impermeável ao conselho, ele se mostra desprovido de sabedoria.

Em seguida, uma outra forma de comunicação, também oposta à narrativa, provoca no romance uma crise: a informação jornalística. A notícia veiculada na imprensa impõe seu novo estilo com força extraordinária. Conforme Benjamin, apesar de recebermos com frequência notícias de todo o mundo, não possuímos por isso histórias surpreendentes. O caso é que os fatos nos são mostrados já com suas devidas explicações. Assim, no contexto da notícia, a informação deve ser plausível, coerente e auto-explicativa, tão diferente da narrativa, onde o valor da história narrada está em conceder ao ouvinte as possibilidades da sua interpretação, justificando-se - a história - não como coisa em si mas como meio de comunicação entre *sujeitos*, instrumento da troca de experiências humanas. Assim é que quando Benjamin fala do cronista, um narrador da história, em oposição ao historiador, aquele que tenta explicar os episódios de sua ciência, afirma que o primeiro (...) não se preocupa com o encadeamento

exato de fatos determinados, mas com a maneira de sua inserção no fluxo insondável das coisas.”<sup>7</sup> Mais uma vez, não é o fato *em si* que importa ao narrador e sim o que dele diz respeito a uma trama, a trama da história.

A narrativa é uma forma artesanal de comunicação. Nela está presente a particularidade de quem conta a história. Não é como

**N**a narrativa, forma artesanal de comunicação, está presente a particularidade de quem a conta.

na informação ou no relatório, onde se procura transmitir o “puro em si do fato”. A narrativa se presta a outra coisa. Quem conta imprime a sua marca na história; é esse um “ofício manual”, segundo Benjamin. Cada narração sucessiva acrescenta algo na história, como a (...) superposição de uma quantidade de camadas finas e translúcidas”<sup>8</sup> (numa imagem de Paul Valéry). O homem moderno não é afeito a esse trabalho paciente, pois, nos termos desse autor, cultiva apenas aquilo que pode ser abreviado.

Porém, também é certo que a cada narração predomina, na relação entre o ouvinte e o narrador, o interesse em *conservar* o que foi narrado. Aqui entra a memória, traçada diferentemente no romance e na narrativa. A memória perpetuadora do romancista é outra que a breve memória do narrador. “A primeira é consagrada a *um* herói, *uma* peregrinação, *um* combate; a segunda, a *muitos* fa-

tos difusos.” Em cada narrador (...) vive uma Scheerazade, que imagina uma história em cada passagem da história que está contando. Tal é a *memória* épica e a musa da narração (...). Em outras palavras, a *rememoração*, musa do romance, surge ao lado da *memória*, musa da narrativa, depois que a desagregação da poesia épica apagou a unidade de sua origem comum na *reminiscência*.<sup>9</sup>

Muitas outras coisas nos diz Walter Benjamin em seu texto. Irei interrompê-lo aqui, nessa síntese, pois já temos o bastante.

### Diálogo

Vejam, agora, como podem conversar os textos

dos nossos dois autores. Segundo Walter Benjamin, a narrativa enquanto forma de comunicação deixou de ser privilegiada a partir do momento em que as experiências deixaram de ser comunicáveis, intercambiáveis. Parece-me tentador, aqui, o estabelecimento de um paralelo entre essa concepção e aquela traçada por Freud em seu texto “Lembranças encobridoras”. As transformações apontadas por Benjamin no contexto social da história humana ilustrariam processos análogos no desenvolvimento psíquico descrito por Freud? Seria a amnésia infantil um sintoma da incapacidade do sujeito adulto *narrar* (nos termos benjaminianos) a própria história?<sup>10</sup> Quais seriam as experiências que um sujeito, num determinado momento, se veria impedido de comunicar? As lembranças infantis, ocultadas pela amnésia infantil, tornar-se-iam lembranças encobridoras na mesma medida em que a notícia informativa tornou-se o

substituto da narrativa num tempo de “experiências incomunicáveis”? Seriam, afinal, esses paralelos legítimos?

Não gostaria de propor essas questões com vistas a uma abordagem sobre a ontogênese e a filogênese do desenvolvimento humano. Busco apenas iniciar um diálogo entre os dois textos citados. Estou atenta, no momento, ao raciocínio ou à lógica interna do texto benjaminiano em relação ao freudiano. Retomarei aquelas

Não é necessário muito esforço para notar que aqui vamos nos aproximando diretamente dos assuntos tratados por Freud. Agora, mais das suas definições sobre a natureza do processo analítico. Em “Lembranças encobridoras”, Freud trata de discutir a constituição da memória e evoca a situação analítica como contexto propício ao estudo. Elegei também a situação analítica como uma ocasião exemplar onde o processo dessa construção se faz (ou refaz) claro.

dessa condição. Assim, “(...) o psiquismo inconsciente do médico está capacitado para reconstruir, com os produtos do inconsciente que lhe são comunicados, este inconsciente mesmo que determinou as ocorrências do sujeito.”<sup>11</sup> O que significa que o analista pensa com seu inconsciente. Entretanto, não é apenas isso o que define a possibilidade da compreensão analítica.

Freud continua: para que possa sustentar-se na atenção flutuante o analista deve, entre outras coisas, segundo uma metáfora do autor, “(...) tomar como modelo durante o tratamento psicanalítico a conduta do cirurgião, que impõe silêncio a todos os seus afetos e inclusive à sua compaixão humana e concentra todas suas energias psíquicas em seu único fim: praticar a operação conforme todas as regras da arte.”<sup>12</sup>

Ora, como pode o analista silenciar todos os seus afetos e concentrar seus esforços num único objetivo se, *ao mesmo tempo*, ele deve subtrair-se à lógica e coerência requisitadas pela memória consciente, evitando reter-se sobre esse ou aquele aspecto da fala do paciente, abandonando-se à sua percepção inconsciente, onde trafegam, por excelência, afetos e desejos? Tomemos esse absurdo ou esse contra-senso nos termos de um interessante paradoxo: segundo Freud, a escuta analítica produz-se num lugar de ambiguidade, na fabricada intersecção dessas duas posições do analista, devendo o mesmo deixar-se pensar com o seu inconsciente, mantendo-se então à “deriva”, sem esforços dirigidos, colocando-se no único estado capaz de ser enfim capturado pelo inconsciente do paciente, conhecendo-o e, concomitantemente, adotando uma tal disciplina e racionalidade que o ponha como um cirurgião consciencioso da sua operação, forjando aqui outra forma de contato com aquilo

**P**ara Benjamin, o que constitui a narrativa é toda a trama de relações humanas que ela comporta.

questões mais adiante. Por ora, voltemos à definição de narrativa proposta por Benjamin.

A narrativa vem circunscrita num contexto muito especial e definido: a relação humana dialógica, aquela típica entre os artesãos em seus ofícios na época medieval. A narrativa se constrói na medida em que há um ouvinte, que se esquece de si mesmo para poder “mergulhar” profundamente na história narrada, e um narrador, que dá e que espera obter conselhos sábios. Assim, será tanto mais autêntica quanto mais estiver calcada na comunicação oral. Como vemos, para Benjamin, o que constitui a narrativa não é apenas a história contada, e sim, também, toda trama de uma relação humana construída para comportá-la. É preciso uma história. É preciso uma escuta. É preciso um trabalho de troca de experiências, e daí nasce a possibilidade do conselho.

O que acontece aí?

Em seus textos técnicos de 1912 a 1914, Freud define, de acordo com a primeira tópica, a natureza e a delimitação do que chama tratamento analítico. Paciente e analista submetem-se à regra fundamental da associação livre e da atenção flutuante, respectivamente. O paciente deve falar tudo aquilo que se lhe apresenta à consciência, abstando-se ao máximo de qualquer juízo ou objeção lógica que o leve a selecionar ou censurar tais conteúdos, comunicando-os tão logo apareçam. Por sua vez, o analista deve evitar a preocupação de reter as informações do paciente na forma de registros conscientes, segundo parâmetros lógicos e organizados, abandonando-se à sua memória inconsciente (nos termos de Freud); deve, enfim, escutar livremente o paciente, desobrigando-se de qualquer tarefa que o desvie

que se lhe oferece o paciente, menos espontânea ou direta e mais mediada por uma intenção planejada, a da "operação". É desde esse lugar, circunscrito justamente entre a racionalidade e a irracionalidade, que o analista escuta.

A técnica da investigação psicanalítica parece pressupor o analista nesse viés perceptivo, o que determina a sua peculiar recepção dos dados do paciente. Face a ela (recepção), os fenômenos de transferência encontrarão destinos muito especiais, configurando a natureza e a possibilidade de uma análise. Interessa-me, nessa breve consideração, ressaltar que no processo analítico a condição particular na qual a transferência é tomada define-se, entre outras coisas, pela qualidade da escuta do analista, essa que Freud descreve no seio de uma ambiguidade.

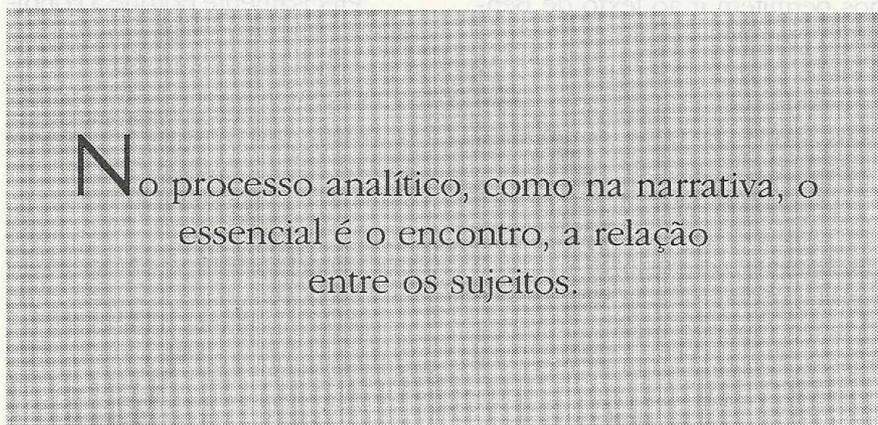
Continuemos, agora, a discussão entre os dois textos dos quais partimos. O ouvinte de Ben-

jamin internamente a história narrada, buscando o que dela pode ecoar em si mesmo. A partir dessa compreensão - e é dessa compreensão a matéria da sabedoria - formula o conselho, ou seja, sugere uma continuidade para a história que está sendo contada. Se retirarmos do termo "conselho" aquele significado que a modernidade lhe emprestou (o que propõe Benjamin), se retirarmos dele a conotação pejorativa de "dar uma resposta", teremos a qualidade de uma escuta que pode propiciar compreensão. Aí a semelhança entre conselho - nesta nova-velha perspectiva - e interpretação.

Mas a interpretação não se faz só desse conselho benjaminiano, se tomarmos a operação da escuta analítica em toda sua extensão. Aqui, nos demais aspectos, distanciam-se o analista e o ouvinte de que estamos tratando. Ocorre que a porção "cirurgião" do analista o resgata de um estado fusional com o paciente. Tendo mergulhado no

demandas e desejos do paciente veiculados na relação transferencial. Nessa posição, o analista encontra outros elementos constitutivos da interpretação, distinta aqui do conselho benjaminiano. Na análise, a parceria na construção de uma narrativa não se faz idêntica àquela tratada por Benjamin no contexto exemplar das corporações de ofício, embora seja possível um paralelo entre elas. Não prosseguirei com o tema da interpretação, que poderá render um outro trabalho. Quero dizer apenas que as últimas considerações demandam uma concepção de inconsciente distinta da que Freud sustenta no estágio de sua obra visitada por nós (referente ao tempo da primeira tópica); talvez ela se ponha restritiva para o entendimento do que se passa numa análise. Se pensarmos que nesse contexto o inconsciente é algo forjado no espaço da inter-relação analista-paciente, e portanto que não há um inconsciente que vai ao encontro de outro, poderemos resgatar esse assunto da interpretação sobre diferentes bases, de acordo inclusive com os termos do presente trabalho.

Apesar das ressalvas, parece possível, em alguns pontos, tomarmos o contexto da narrativa como metáfora do que acontece no processo analítico. Mas qual o interesse dessa metáfora? Ela é útil na medida em que nos traz uma reunião articulada dos temas propostos neste trabalho. Quero privilegiar na narrativa e no processo analítico aquilo de que se constituem: o encontro, a *relação* entre sujeitos que produzem uma verdade, uma história. No seio dessa história reside a memória, também construída, também produto da mesma relação. Aqui, no centro das reflexões está de volta, outra vez, a memória.



No processo analítico, como na narrativa, o essencial é o encontro, a relação entre os sujeitos.

jamin que se esquece de si mesmo para mergulhar na história narrada pode bem lembrar, num de seus aspectos, o analista de Freud na escuta permeada pela atenção fluante. Mesmo com muitas ressalvas, poderíamos enxergar no conselho de Benjamin a propriedade de uma interpretação, segundo Freud. É verdade que de acordo com Benjamin o ouvinte "traba-

fluxo inconsciente desse último, o analista deve recuperar-se numa espécie de silêncio de seus próprios afetos (conforme nos diz Freud), e isso pode significar recuperar-se numa posição discriminada em relação ao paciente. Explico. O analista há de silenciar seus afetos justamente para não cumprir aquilo que ele reconhece, na comunicação inconsciente, das

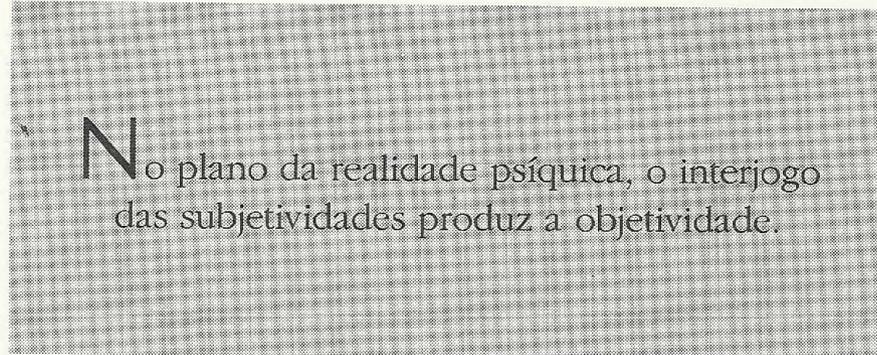
## Quem conta um conto, o faz sob que ponto?

Uma das principais metas da análise é tornar possível ao paciente a recordação de importantes passagens de sua história que, por razões internas conflitivas, submeteram-se à repressão e ao esquecimento. Na medida em que as compreende com a ajuda do analista, o paciente deixa de atuá-las para, enfim, tomá-las como recordações, como matéria de possível elaboração consciente. Essa compreensão se constrói no terreno da *relação* entre paciente e analista. Aí, na transferência, a análise pretende a reconstrução de um texto narrativo do sujeito, a narrativa de sua história. Acontece que não é privilégio da análise essa construção se dar numa *relação*. Observa-se que a história pessoal tal qual o *registro* do sujeito é *sempre* produto das relações estabelecidas com outros, de interpretações próprias e interpretações de outros.

É evidente que o contexto analítico toma de forma muito particular os termos dessa história, conforme já vimos. Porém, quero salientar que não só na análise mas em qualquer situação, sempre a história do sujeito é elaborada em relação com outros. Assim, *uma* história é sempre uma história *para* alguém e, por isso, a memória resgatada na análise não é só apropriação que o sujeito se faz, mas o faz também *para* alguém.

A memória, em última instância, como expressão da narrativa pessoal, não se revela como arquivo absolutamente original e privado, de consulta exclusiva do sujeito, de construção exclusiva de *uma* subjetividade. Outras subjetividades interferem na construção da memória do sujeito, pois ele é "ser constituído em relação".

Estamos próximos, agora, da discussão a respeito da objetividade, que nos esclarecerá sobre que



bases se constitui a memória, essa expressão da realidade psíquica. A objetividade tão ambivalentemente procurada por Freud em "Lembranças encobridoras" talvez se faça legítima não pelas preocupações do cientista positivista (herança da época com a qual se debate), mas pela intuição de que esta questão - a objetividade - tanto mais se questionava na concepção tradicional positivista quanto mais ele, Freud, se aproximava de seu novo conceito de realidade psíquica. No texto, porém, Freud se esquia do problema. Mesmo assim, os seus vacilos nos permitem ir ao texto de Benjamin para dali retirarmos elementos que possam apontar uma continuidade para esta reflexão. Direi mais tarde de onde surge essa possibilidade no texto de Freud.

A objetividade, no contexto da realidade psíquica, num sentido diferente do positivista, seria o resultado do interjogo de subjetividades. Quando Benjamin retrata a situação onde a narrativa se faz possível, deixa claro que o fascínio da história contada pelo narrador ao ouvinte reside na possibilidade de cada um buscar, ali, uma interpretação própria. No entanto, isto parece não impedir a preservação da história como tal na memória dos homens e a continuidade fiel de seu relato através dos tempos (vimos anteriormente que, para Benjamin, este é um interesse que predomina na narrativa: *conservar* o que foi narrado). Ora, como em meio a tantas inter-

pretações próprias sobrevive a história narrada no decorrer dos tempos? Estou inclinada a dizer que, no plano da realidade psíquica, o interjogo das subjetividades constrói a possibilidade mesma da objetividade. É ele que garante, aqui, a conservação da história, embora saibamos que junto disso transformações outras ocorram, como "camadas finas e translúcidas que se superpõem"<sup>13</sup> à história. Porém, o que não se altera parece ser aquilo que do relato tem o poder de deflagrar muitas e diversas significações no contexto particular da comunicação.

Precisamente porque a condição humana é a de *ser em relação*, a possibilidade de uma total autonomia na interpretação da realidade vivida por cada um é negada ao homem (e não é dessa impossibilidade que, entre outras coisas, nasce a linguagem?). Não fosse por isso, por que cada momento histórico com suas relações econômicas e políticas definidas marcaria caminhos claros e tendenciosos para a produção cultural de sua época? Aquilo que *um* sabe ou conhece é sempre aquilo que *outro*, numa relação plural de cumplicidade, pode significar-lhe. Mas é necessário dizer que essa condição fundante da realidade humana não é limite empobrecedor, porém possibilidade: *possibilidade de articulação das experiências no humano*. É desse movimento que nos fala Benjamin em seu texto. Quais seriam, a partir desse ponto, as conseqüências para a

nossa reflexão sobre a memória?

Quis recuperar o sentido da objetividade como produto da relação entre os homens em sua transformação e interpretação do mundo enquanto lugar e ocasião da experiência humana. Qualquer subjetividade possível acontece, desse modo, apoiada na experiência de uma *relação*. O substrato dessa relação que confere ao sujeito a base sobre a qual tornam-se possíveis as construções, interpretações e reconstruções de sua rea-

Freud na tentativa de explicar a constituição da realidade psíquica.

O critério de objetividade do fato lembrado na recordação encobridora não seria o fato materialmente acontecido mas sim o fato tal como interpretado sob a ótica da *relação* sujeito - pessoas importantes para o sujeito. Mesmo que tais pessoas importantes não tenham vivido o fato juntamente com o sujeito, ainda é certo que este último traga consigo, embora não literalmente, a maneira de co-

objetividade e a subjetividade operam em estrita contraposição. A crítica à essa concepção nos traz agora outro lugar para a objetividade enquanto critério de verdade ou fidelidade histórica, e esse lugar se funda na experiência compartilhada com outros.

Na construção da memória, chamei de "verdade" familiar o resultado das múltiplas interpretações realizadas pelo sujeito e seus outros mais significativos a respeito dos fatos históricos constitutivos de cada um. Essa "verdade" atua como uma baliza no processo do desenvolvimento psíquico do sujeito, ou melhor: confere a sua possibilidade de tornar-se sujeito, pois pode significar-se, interpretar-se a si mesmo apenas na medida em que interpreta e é interpretado pelo outro. A esse respeito vale citar Pierre Fédida, em *Clínica Psicanalítica - estudos*: "A origem da cultura está no modo da dotação de um sentido, isto é, na nominação do afeto. Uma criança que grita: tem fome? frio? sede? incômodo no berço? Grito é descarga à espera de uma recepção de sentido. Quando a mãe o entende como de fome - e não de sede, não como frio, e não como de incômodo - repito, quando ela o entende como um grito de fome, pelos atos ou gestos que podem apaziguar a fome da criança, há uma *nominação*, um *ato* de *nominação*, um *ato* de *linguagem* e *daí* se constitui para a criança o que chamamos de afeto. Antes da linguagem não é um afeto. O *afeto se constitui pela nominação do outro*."<sup>14</sup>

**S**ubjetividade não é leitura particular sobre o mundo; objetividade não é leitura sem sujeito.

lidade interna constitui-se, na minha opinião, em campo de objetividade.

Assim, ninguém é autor único da própria história. Ela é uma construção que se dá em relações e pelas relações com outros; produto que é de um sujeito que se *deseja* contar de certa maneira e do qual *desejam* que seja contado de certa maneira. Daí que a memória dos anos infantis, em suas lacunas ou em suas lembranças encobridoras, é *também*, mas não só, em certo sentido, legado de um grupo primeiro a que se pertenceu: o grupo familiar de origem. É memória que serve tanto às soluções de compromisso entre instâncias conflitivas internas ao sujeito (tese de Freud em "Lembranças encobridoras") quanto à história que o seu grupo familiar prefere se contar. E talvez resida aí, nessa "verdade" familiar, o estatuto de "objetividade" buscado por

nhecer ou explicar o mundo das pessoas com quem se vinculou fortemente nas épocas mais fundamentais da sua constituição.

Aqui se esmaece a fronteira entre o objetivo e o subjetivo, e talvez possa arriscar que nem a subjetividade é a leitura particular de um sujeito a respeito do mundo, totalmente descompromissada com a leitura de um outro, e nem a objetividade é a leitura desse mundo da qual se excluíram as diversas subjetividades. No interjogo dessa equação se engendram não só as leituras dos fatos mas os fatos mesmos tal qual se nos impressionam. Nessa linha, entendemos que o fato materialmente acontecido é já (e sempre) o fato interpretado. *E todo fato interpretado o é no contexto de uma relação* (ainda que falemos de relações introjetadas). A clássica lógica positivista não permite esse raciocínio, uma vez que, em seus termos, a

#### A construção de cada narrativa

O interessante é que, no exemplo da lembrança encobridora citada por Freud em seu texto sobre o assunto, estão presentes os dados de uma "verdade" fami-

liar que participa da construção mnêmica particular do sujeito. Freud refere-se a ela constantemente. E é por isso que mencionei anteriormente, neste trabalho, a existência de possíveis brechas no texto freudiano para a ampliação ou superação do problema da objetividade. Na mesma linha, também, afirmei serem os vacilos de Freud em sua reflexão, os dados de sua intuição, mal formulada, de que o critério de objetividade em sua nova teoria de construção da realidade psíquica não poderia ser aquele de concepção positivista.

No movimento interno do texto freudiano, podemos confirmar que a realidade da lembrança, a sua veracidade não está na prova do materialmente acontecido. O fato materialmente acontecido, como vimos, é já o fato interpretado sob a ótica singular de um sujeito que está *situado* - e isso é importante - no lugar mesmo de uma "verdade" familiar. É *dali* que ele produz a sua memória. E isso se pode depreender da análise de Freud sobre a sua lembrança encobridora tal qual ele mesmo narra (para citar um possível exemplo: na lembrança de Freud, o filho pródigo para quem o pai faz planos participa de uma constelação de expectativas familiares que se pode traçar com certa particularidade).

Neste instante, proponho a re-leitura de uma passagem deste trabalho onde afirmo que a memória serve tanto às soluções de compromisso entre instâncias conflitivas internas ao sujeito, quanto à história que o seu grupo familiar prefere se contar. Penso

que tal afirmação está mesmo contida no texto de Freud, e está exatamente no momento em que ele se pergunta sobre a possível objetividade presente no relato da lembrança encobridora. Ora, se como diz Freud, a memória contém "motivos muito alheios a um propósito de fidelidade histórica"<sup>15</sup> e, ao mesmo tempo, conserva em seus produtos algo "em favor da autenticidade da lembrança infantil"<sup>16</sup>, como haveremos de escapar a essa "contradição" senão abrindo mão do paradoxo positivista e tomando,

**A** memória realiza compromissos internos ao sujeito e valida a história que o grupo conta a seu respeito.

dentro das possibilidades mesmas do texto, outra referência filosófica que já está anunciada pela ambiguidade do autor? Pareceu-me que o texto de Benjamin citado neste trabalho pudesse, no diálogo com a ambiguidade de Freud, esclarecer a reflexão sobre a questão da objetividade. Benjamin a contextualiza enquanto construção humana, e não enquanto dado a priori de um real depurado de subjetividade. Com isso, de volta ao texto freudiano, a objetividade ali referida só poderia ser o resultado construído numa novela familiar. Essa novela o sujeito singulariza a seu modo, negando-a, afirmando-a ou transformando-a, dialeticamente, no interjogo das relações que estabelece, a cada momento, com os outros aí implicados. Uma boa ilustração desse

movimento nos dá Freud, no texto, com a análise de sua lembrança encobridora.

Até agora, abordei na questão da memória individual os mecanismos de uma construção que tem como referência as produções do contexto familiar e social em que se insere o sujeito (e as quais também determina). Algumas questões se colocam nesse momento ao presente trabalho: o que determina a singularidade ou a particularidade com que cada sujeito lida com esse universo de relações e significações, de cuja construção participa também ativamente, que é a "verdade" familiar? O que faz com que ao sujeito seja possível romper com a literalidade (embora nunca com o fundamento) dessa verdade para sustentar-se numa versão própria de sua história? O que, afinal,

lhe confere a possibilidade de tornar-se sujeito histórico de uma narrativa própria? Dito de outra maneira: o que, do lugar que ocupa na constelação da "verdade" familiar *o remete* ao caminho singular de sua vivência e interpretação daquilo que outros e ele mesmo construíram? (lembremos que a singularidade aqui referida não deve negar, de forma alguma, os fundamentos ou a existência como tal da "verdade" familiar. Ou melhor, não lhe pode ser indiferente. Mais que isso, a singularidade só se faz singularidade na medida em que se refere, no seu modo particular, a algo cuja produção pode ser compartilhada).

Aqui, parece, retomamos inicialmente o tema do trabalho, privilegiando, agora, um outro prisma da mesma reflexão. A questão

Fugir a determinações: esta característica do desejo inconsciente singulariza a realidade psíquica.

quico, a operação da memória... A memória *desconhece* precisamente na medida e no momento em que procura *conhecer*.

é o que sustenta todo o trabalho singular do sujeito na construção permanente de sua memória. Sobre isso não há dúvidas no pensamento freudiano, e sim sua maior e mais clara contribuição no que se refere à constituição da realidade psíquica. A força diretriz dos desejos inconscientes intervém na versão singular do sujeito a respeito de sua narrativa, e a memória não é senão o que, para o sujeito, da "verdade" familiar e de outras verdades construídas em relações subseqüentes, cumpre os desígnios do seu desejo. A formação da lembrança encobridora é guiada justamente por esse processo (o que nos revela claramente a sua análise): a significação interessada de uma história a partir dos desejos inconscientes do sujeito.

Mas se a memória de um sujeito é a expressão particular de uma "verdade" familiar que organizou (e organiza) a constituição desse sujeito bem como a do grupo familiar; se a singularidade dessa narrativa advém de uma certa trama particular de desejos inconscientes que pretende sempre comunicar essa história segundo as suas conveniências, temos que a singularidade na constituição da realidade psíquica é dada por uma característica muito especial do desejo e de sua natureza inconsciente: *a de fugir a determinações*. A esse respeito, lembremos que o

inconsciente é aquilo que escapa, que não se captura, que é fugidio, que está lá onde não se está...

Podemos concluir que a constituição da realidade psíquica foge, como decorrência de sua natureza, a determinações conceituais precisas sobre si mesma... ou talvez até às imprecisas. À segurança e ao conforto (inconsistentes, como vimos) previstos na concepção positivista da realidade opõe-se-lhes a imprecisão da psicanálise. Não imprecisão pela falta de alcance ou pela superficialidade com que este último modelo teórico aborda a questão; não imprecisão pela falta de rigor metodológico. Ao contrário, imprecisão inferida na reflexão contundente e conseqüente da natureza mesma do que se resolveu chamar realidade, esse conceito cuja formulação o *homem* procura. E se é o homem a procurá-la, o é nas condições de um aparelho psíquico cujo funcionamento não lhe é possível, a si mesmo, controlar ou guiar de forma absoluta.

O desequilíbrio e desconforto psíquicos - mas também a vitalidade e produção criativa - provocados por aquilo que não se sabe, ou não se é dado a controlar, apanhar, prever... revelam o objeto da psicanálise: o desconhecer. O registro privilegiado desse processo é, no desenvolvimento psí-

#### NOTAS

1. Freud, Sigmund: "Los recuerdos encubridores", in *Obras Completas de Sigmund Freud*, Madrid, Editorial Biblioteca Nueva, 1981, 4ª ed., Tomo I, p. 330.  
Neste trabalho, os textos de Freud em edição espanhola serão citados conforme a tradução da autora para o português.
2. Benjamin, Walter: "O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov", in *Obras Escolhidas - Magia e Técnica, Arte e Política*, São Paulo, Editora Brasiliense S.A., 1985, vol. 1, p. 197.
3. Freud, op. cit. - p. 341.
4. Benjamin, op. cit. - p. 200.
5. Benjamin, op. cit. - p. 204.
6. Benjamin, op. cit. - p. 201.
7. Benjamin, op. cit. - p. 209.
8. Benjamin, op. cit. - p. 206.
9. Benjamin, op. cit. - p. 211.
10. Sublinho os termos benjaminianos, pois sei que na concepção analítica a narrativa de que é capaz um sujeito se define sob formas muito amplas: quando não pode falar, ainda assim comunica a própria história através dos sonhos, sintomas neuróticos, atos falhos, etc.
11. Freud, op. cit., Tomo II, p. 1657.
12. Op. cit. - p. 1656.
13. Benjamin, op. cit., p. 206.
14. Féclida, Pierre: "Amor e morte na transferência", in *Clínica Psicanalítica - Estudos*, São Paulo, Editora Escuta, 1988, p. 51.
15. Freud, op. cit., Tomo I, p. 341.
16. Freud, op. cit. - p. 339.